COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N°, DE 2024

(Da Sra. ADRIANA VENTURA)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão sobre o Sistema Nacional de Educação (SubSNE), para debater sobre as implicações do Sistema Nacional de Educação (SNE) para o setor privado de educação.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública conforme deliberação da Subcomissão sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE), para debater sobre as implicações do SNE sobre o setor privado de educação.

Para discutir esse importante tema, consideramos oportunas as presenças dos representantes das entidades abaixo relacionadas:

- Ministério da Educação (MEC);
- Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP);
- Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC);
- Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC);
- Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE);





- Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (ACPEEP);
- Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP);
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Educação (SNE) tem como objetivo coordenador a governança e o financiamento da educação no Brasil, buscando uma maior articulação entre União, Estados e Municípios para garantir uma educação de qualidade para todos. No entanto, a regulamentação do SNE também pode gerar impactos significativos sobre o setor privado de educação, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

As instituições privadas desempenham um papel crucial no sistema educacional brasileiro, atendendo milhões de estudantes e complementando as vagas oferecidas pelo setor público. Contudo, a integração dessas instituições ao SNE levanta diversas questões sobre como o novo sistema pode afetar sua autonomia, a regulamentação, o financiamento e a liberdade de inovação nas políticas educacionais.

É importante discutir como o SNE pode compatibilizar as exigências de qualidade e equidade com a liberdade e a capacidade de inovação do setor privado, que historicamente tem contribuído para o aumento da oferta e diversidade de vagas no Brasil, especialmente no ensino superior.

Dessa forma, esta audiência pública visa promover um debate equilibrado sobre as implicações do SNE sobre o setor privado, com o intuito de discutir os desafios e oportunidades que essa integração pode trazer.

Perguntas a serem debatidas durante a audiência pública:





Como o SNE pode promover a articulação entre o setor público e o setor privado para a elaboração e implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento e a expansão da educação básica e superior?

Quais são os principais desafios e oportunidades para o setor privado com a implementação do SNE, especialmente em relação às exigências de qualidade e às regulamentações que podem ser impostas?

Consideramos o debate dessas questões fundamental para garantir que o desenho do novo Sistema Nacional de Educação seja capaz de promover a colaboração federativa sem comprometer a autonomia do setor privado, tão importante para garantir o acesso de milhões de estudantes brasileiros à educação, em especial, à educação infantil e superior.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada **ADRIANA VENTURA**NOVO/SP



